

GESTÃO DA INOVAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INNOVATION MANAGEMENT: EXPERIENCES AND PRACTICES IN AN INSTITUTION HIGHER EDUCATION

MARIA DANYELA MARTINS FURLAN
UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

JULIANI KARSTEN ALVES

DANIEL PINHEIRO BERNARDON

MATHEUS LEAL MARCONATTO

Comunicação:

O XII SINGEP foi realizado em conjunto com a 12th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) e com o Casablanca Climate Leadership Forum (CCLF 2024), em formato híbrido, com sede presencial na ESCA Ecole de Management, no Marrocos.

Agradecimento à órgão de fomento:

As ações de inovação da instituição, em especial a Pró-Reitoria-de-Inovação-e-Empreendedorismo e o Parque Tecnológico, contaram com o apoio financeiro FINEP.

GESTÃO DA INOVAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Objetivo do estudo

Analisar de forma detalhada as experiências e práticas da Política de Inovação em Instituições de Ensino Superior, destacando sua implementação e impacto para oferecer ideias sobre o desenvolvimento acadêmico e as estratégias adotadas.

Relevância/originalidade

A Política de Inovação é recente nas IES, com cada universidade elaborando e executando suas próprias políticas. Este estudo é relevante como exemplo de implementação, oferecendo insights relevantes sobre práticas e estratégias inovadoras aplicáveis em outras instituições.

Metodologia/abordagem

O método de relato de experiência realizou uma contextualização específica e detalhada das práticas da Política de Inovação na Instituição. Fornecendo uma descrição de como ocorreu a implementação de uma sistemática para a apreciação e mensuração do programa de inovação.

Principais resultados

Dezesseis projetos estratégicos iniciaram sua execução, apresentando resultados qualitativos e quantitativos. Destacaram-se na revitalização de laboratórios e capacitação, com maior adesão em popularização da ciência e desenvolvimento de novas tecnologias. Indicadores de captação de recursos e retorno financeiro foram menos positivos.

Contribuições teóricas/metodológicas

A Política de Inovação é uma resolução individual de cada IES. A metodologia apresentada neste estudo oferece um modelo adaptável, permitindo que outras instituições apliquem e personalizem as estratégias de inovação conforme suas necessidades específicas.

Contribuições sociais/para a gestão

Uma Política de Inovação com metodologia de implementação e avaliação contribui para ações mais assertivas, impactando positivamente a IES e todo o ecossistema, promovendo um desenvolvimento integrado e sustentável.

Palavras-chave: Universidade, Política de Inovação, Indicadores

*INNOVATION MANAGEMENT: EXPERIENCES AND PRACTICES IN AN INSTITUTION
HIGHER EDUCATION*

Study purpose

To analyze in detail the experiences and practices of the Innovation Policy in Higher Education Institutions, highlighting its implementation and impact to provide insights into academic development and the strategies adopted.

Relevance / originality

The Innovation Policy is recent in HEIs, with each university developing and implementing its own policies. This study is relevant as an example of implementation, offering valuable insights into innovative practices and strategies applicable to other institutions.

Methodology / approach

The experience report method provided a specific and detailed contextualization of the Innovation Policy practices at the institution. It offered a description of how a systematic approach was implemented for the evaluation and measurement of the innovation program.

Main results

Sixteen strategic projects began their execution, presenting qualitative and quantitative results. They stood out in the revitalization of laboratories and training, with greater adherence to the popularization of science and development of new technologies. Resource acquisition and financial return were less positive.

Theoretical / methodological contributions

The Innovation Policy is an individual resolution of each HEI. The methodology presented in this study offers an adaptable model, allowing other institutions to apply and customize innovation strategies according to their specific needs.

Social / management contributions

An Innovation Policy with an implementation and evaluation methodology contributes to more assertive actions, positively impacting the HEI and the entire ecosystem, promoting integrated and sustainable development.

Keywords: University, Innovation Policy, Indicators

GESTÃO DA INOVAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

1 Introdução

A Política de Inovação, aprovada na Instituição de Ensino Superior em 2021, por meio da Resolução 044/2021, e dispõe sobre a organização e gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia, o empreendedorismo e a gestão da propriedade intelectual no âmbito da Instituição e de suas relações com empresas públicas e privadas. O projeto Gestão da Política de Inovação da universidade (058261), visou realizar a gestão da política de inovação e a coordenação da execução orçamentária dos recursos, taxas da instituição, decorrentes dos projetos de transferência de tecnologia com a fundação, para tanto teve como objetivos: fomentar a política de inovação no âmbito da universidade, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; - Coordenar a execução orçamentária dos recursos oriundos da Política de Inovação; - Definir programas e ações para aplicação dos recursos oriundos da Política de Inovação da Instituição de Ensino Superior, assim como controlar sua destinação, de acordo com as definições do Conselho Superior da Agência de Tecnologia e Inovação; - Promover e estimular programas e ações de Inovação na universidade como revitalização de laboratórios, capacitações de docentes, discentes e técnicos, bolsas de estímulo à inovação, aceleração de ideias, entre outros.

O recurso da Política de Inovação é regido pelo art. 18 da Lei de Inovação, que menciona que os recursos devem ser aplicados exclusivamente para pesquisa, desenvolvimento e inovação. A aplicação dos recursos é anualmente aprovada na Lei Orçamentária da universidade para o respectivo Exercício Financeiro. No ano de 2023, foi aprovado o método de destinação de um total de R\$ 3.117.305,47, priorizando as contrapartidas em projetos FINEP. O valor foi dividido igualmente em áreas como Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Internacionalização, Parque Tecnológico, entre outras, visando promover a inovação na instituição através de ações estratégicas.

2 Referencial Teórico

É inegável que as universidades desempenham um papel fundamental na promoção do empreendedorismo tecnológico, e a integração da pesquisa acadêmica na geração de novos empreendimentos tornou-se uma parte central das políticas de inovação na maioria dos países (GONÇALVES et al., 2022). A elaboração de uma política de inovação robusta não é suficiente, sua eficácia está diretamente relacionada à organização do NIT/Agência/Pró-Reitoria e à prática de gestão (BARBOSA et al., 2019). São as políticas de inovação eficazes que criam um ambiente propício para o desenvolvimento empresarial e o aumento da competitividade nacional (DOBRZANSKI et al., 2021).

A Lei nº 10.973/2004 no Brasil representou um marco significativo, no qual o governo e a indústria reafirmaram seu compromisso pré-existente com a produção e resolução de demandas por meio de incentivos à inovação e pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa legislação abriu as portas para a participação ativa das universidades nesse processo, desempenhando um papel vital na nova dinâmica (LOBO JUNIOR; BADDAUY, 2021).

Dentre as medidas implementadas, a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) sobressaiu-se. Os NITs foram concebidos como estruturas estabelecidas por uma ou mais Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), com ou sem personalidade

jurídica própria, tendo como objetivo primordial a gestão da política institucional de inovação, com atribuições claramente definidas pela Lei. No entanto, naquela época, a política de inovação frequentemente se limitava às normas institucionais de proteção da propriedade intelectual e a procedimentos de natureza administrativa (BRASIL, 2019). Entretanto. Posteriormente, por meio do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n. 13.243/2016), regulamentado pelo Decreto n. 9.283/2018, criou-se um ambiente mais propício à inovação, fortalecendo a autonomia e a capacidade de ação dessas instituições, e trazendo à tona o empreendedorismo (VIEIRA; MIRANDA, 2023).

3 Método

O Relato de Experiência é uma produção de conhecimento que aborda vivências acadêmicas e profissionais nos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), com foco na descrição da intervenção e embasamento científico com reflexão crítica (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018). Nas Instituições de Ensino Superior (IES), o RE é comumente publicado por docentes e discentes e abrange os três pilares: no ensino, destaca-se a importância das ações curriculares e estágios para a formação acadêmica e profissional (FLORES et al., 2019), além de ajudar na compreensão das especificidades do uso de materiais didáticos (PAIVA; MATOS, 2019); na pesquisa, promove aprendizagens e reflexões socio-históricas e enriquecimento cultural (MUSSI et al., 2020); e na extensão, a participação em projetos impacta positivamente a formação de futuros profissionais (ALMEIDA, 2016).

Este estudo faz uso desse método científico para apresentar de forma detalhada e analítica as vivências e práticas observadas na Política de Inovação nas instituições de ensino superior. As etapas seguidas no desenvolvimento do método foram as seguintes: Introdução: contextualiza-se o tema, destacando a importância da Política de Inovação no ambiente acadêmico e os objetivos específicos deste estudo; Referencial teórico: contexto da Política de Inovação nas universidades brasileiras e nas instituições de ensino superior. Análise dos resultados: fornece-se uma descrição detalhada de como ocorreu a implementação de uma sistemática para apreciação e mensuração do programa da Política de Inovação e apresenta-se os eventos e ações ao longo do período de observação. Enriquecendo a descrição com dados qualitativos e quantitativos coletados durante o processo. Ainda, realiza-se uma reflexão sobre os resultados e impactos das práticas adotadas; por fim, apresenta-se a Conclusão: resume-se os principais pontos discutidos e oferecemos um modelo de gestão da inovação para os atores que fazem parte do ecossistema de inovação, com base nas experiências relatadas e nas análises realizadas.

A escolha do método de relato de experiência justifica-se pela necessidade de contextualização específica e detalhada das práticas da Política de Inovação, que podem variar significativamente entre diferentes instituições de ensino superior. Este método permite compartilhar conhecimentos práticos adquiridos diretamente na aplicação das políticas de inovação, facilitando a replicação e adaptação por outras instituições. Além disso, a análise crítica das experiências possibilita a identificação de desafios e sucessos, proporcionando insights valiosos para a melhoria contínua das práticas na área. Em suma, o método de relato de experiência é adequado para o objetivo deste artigo, pois oferece uma abordagem prática, detalhada e reflexiva sobre a Política de Inovação no contexto acadêmico

4 Análise dos resultados

Do total de projetos estratégicos aprovados, dezesseis já iniciaram sua execução e assim com a apresentação de seus resultados parciais ou finais puderam ser apreciados qualitativamente (alcance dos objetivos e expectativas) e quantitativamente (indicadores). Quanto aos resultados qualitativos, foi possível identificar que os objetivos dos projetos estratégicos foram atingidos parcialmente, contemplando ações que envolveram - revitalização de laboratórios, - capacitações de docentes, discentes e técnicos, - bolsas de estímulo à inovação, - fomento à transferência de tecnologia, empreendedorismo e propriedade intelectual; - apoio a projetos institucionais; - realização de programas e acelerações; - promoção de espaços de inovação. Percebeu-se uma morosidade nas aquisições e contratações visto que enquadram-se como públicas, levando em consideração o tempo de cotação e execução, documentação necessária e pagamento do fornecedor .

Quanto aos resultados quantitativos, percebeu-se que percebeu-se com maior adesão os indicadores “Popularização e difusão da ciência, tecnologia e cultura” e “Tecnologias, produtos, serviços e processos novos e/ou aprimorados” enquanto com menores pontuações foram os indicadores “Captação de recursos externos”; “Licenciamento, cessão e transferência de know-how” e “Retorno financeiro dos projetos”. Concluiu-se que nesse primeiro ciclo de ações e programas trouxeram inúmeros resultados e ainda trarão mais, sendo que alguns projetos estratégicos ainda serão executados em 2024. Os resultados e suas totalidades são representados na imagem a seguir.

5 Conclusões/Considerações finais

A implementação dos projetos estratégicos por meio da política de inovação resultou em avanços significativos, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. Iniciativas como a renovação de laboratórios, o desenvolvimento de profissionais, a promoção da inovação e a criação de ambientes inovadores demonstraram progressos relevantes, mesmo diante dos obstáculos burocráticos que afetaram a celeridade dos processos.

Com base nos relatos de experiências, foram identificados tanto desafios a serem vencidos quanto impactos positivos gerados para a sociedade. Esta análise destaca a relevância da adoção de políticas de inovação nas Instituições de Ensino Superior (IES), evidenciando a necessidade contínua de melhorias e apoio ao ecossistema de inovação. A continuidade desses esforços é fundamental para consolidar as conquistas obtidas e ampliar o impacto positivo dos projetos futuros.

Referências

ALMEIDA, C. B. de. Projeto de extensão universitária em taekwondo: um relato de experiência (2005-2015). 1. ed. Fortaleza: RDS, 2016.

BARBOSA, A. M. A. et al. Um panorama do desempenho em inovação no Brasil e a busca por boas práticas de gestão na Transferência de Tecnologia (TT) nas instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) do Brasil. Cadernos de Prospecção, Salvador: UFBA, v. 12. n. 3. p. 504-522, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l110.973.htm#:~:text=Art.,218%20e%20219%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Secretaria de Empreendedorismo e Inovação. Guia de orientação para elaboração da política de inovação nas ICTs / organizadora, Adriana Regina Martin et al. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2019.

Brasil. LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação (...). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018.

DOBZANSKI, P. et al. Toward Innovation-Driven Competitiveness Across African Countries: An Analysis of Efficiency of R&D Expenditures. Journal of Competitiveness, v. 13, n. 1, p. 5–22, 31 mar. 2021.

FLORES, F. F. et al. A Educação Física do CAPS: experiências do estágio em Guanambi - BA. Cenas Educacionais, Caetitê, v. 2, n. 1, p. 169-185, 2019.

GONÇALVES, M. M. D. et al. Ações de apoio ao empreendedorismo e à relação universidade-empresa desenvolvidas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei. Research, Society and Development, v. 11, n. 3, p. e45311326661–e45311326661, 3 mar. 2022.

LOBO JUNIOR, M. C.; BADDUAY, L. S. de. Política de Inovação, Proteção do Conhecimento e Empreendedorismo: um estudo da relação entre a Universidade Estadual de Londrina e o setor produtivo. Cadernos de Prospecção, v. 14, n. 2, p. 430, 1 abr. 2021.

MUSSI, R. F. DE F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. DE. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Práxis Educacional, v. 17, n. 48, p. 60–77, 1 set. 2021.

PAIVA, P. W. S. C.; MATOS, M. B. Relato de experiência como docente na Escola Estadual Indígena Riachuelo. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 471-492, 2019.

VIEIRA, S.; MIRANDA, M. R. Estratégias de Fomento ao Empreendedorismo e à Inovação da Agência USP de Inovação: um estudo de caso. Cadernos de Prospecção, v. 16, n. 4, p. 1166–1177, 26 maio 2023.